

PETIÇÃO Nº 12.738 - RN (2018/0271636-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
REQUERENTE : MAXWELL XAVIER DE ANDRADE
ADVOGADOS : HINDENBERG FERNANDES DUTRA - RN003838
 JOSÉ AUGUSTO DELGADO E OUTRO(S) - RN007490
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de requerimento autuado sob a classe "Pet", deduzido nos autos do RMS n. 59.042/RN, julgado pela Primeira Turma, em acórdão do qual se extraiu a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO EM CADASTRO DE RESERVA. PRETERIÇÃO NÃO DEMONSTRADA. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os candidatos aprovados fora do número de vagas previstas no edital ou em concurso para cadastro de reserva não possuem direito líquido e certo à nomeação, salvo nas hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da Administração, o que não ficou demonstrado nos autos.
2. Agravo interno não provido (e-STJ fl. 452).

Sustenta o requerente, com fundamento no art. 1.043 do CPC, a ocorrência de dissídio jurisprudencial em relação à possibilidade de nomeação de candidato aprovado em concurso público em cadastro de reserva.

Afirma ter sido aprovado em 1º lugar no concurso público do Tribunal Regional Federal da 5ª Região para o cargo de analista judiciário – área administrativa, na condição de deficiente. Aduz que, embora o cargo esteja vago, não foi nomeado pela administração.

Aponta como paradigmas diversos votos e decisões proferidos por esta Corte Superior, requerendo, ao final, o provimento do recurso para lhe ser assegurada a nomeação para o exercício do cargo no qual foi aprovado.

É o relato do necessário.

DECIDO.

Há óbice intransponível ao processamento do presente feito.

É que, não obstante tenha o requerente desenvolvido sua insurgência como embargos de divergência, verifica-se que sua pretensão não encontra amparo na legislação processual.

Na dicção do art. 1.043, incisos I e III, do CPC, *é embargável o acórdão de órgão fracionário que:*

*I - em recurso extraordinário ou em **recurso especial**, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;*

[...]

*III - em recurso extraordinário ou em **recurso especial**, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia;*

Afigura-se, portanto, manifestamente inadmissível a interposição de embargos de divergência contra acórdão proferido em recurso ordinário em mandado de segurança.

Esta a razão pela qual o feito foi autuado com "Pet", consoante certificado à fl. 526.

Corroborando a impossibilidade de revisão do entendimento adotado no acórdão embargado por este recurso uniformizador, confira-se a jurisprudência dominante acerca do tema:

PROCESSUAL CIVIL. ATO DE IMPROBIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS. NÃO COMPROVAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

I - Trata-se, na origem, de recurso de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por CONSPURI CONSTRUTORA XAPURI LTDA e BIOCOLLECTA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA em face da decisão monocrática do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaúna/MG exarada nos autos de n. 0093111-40.2012.8.13.0338, ajuizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Referida decisão deferiu parcialmente o pedido liminar de indisponibilidade de bens dos réus, além da quebra de sigilo bancário e fiscal e do afastamento provisório do Chefe do Poder Executivo Municipal. No Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deu-se provimento ao agravo de instrumento, para afastar a indisponibilidade de bens.

II - Extrai-se do artigo 1.043, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015 que "é embargável o acórdão de órgão fracionário que: em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito".

III - Ainda, os artigos 1.043, §§1º e 4º, do Código de Processo Civil de 2015 e 266, §§1º e 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça que é pressuposto recursal objetivo específico o cotejo analítico entre os julgados referenciais, com a correspondente indicação dos pontos fático-jurídicos semelhantes.

IV - Da leitura do recurso de embargos de divergência, vislumbra-se que a parte pretendeu fazer prevalecer a tese adotada no voto divergente e que, apesar de colacionar dois precedentes tidos como paradigmáticos, limitou-se a referencia-los, sem desenvolver um

necessário juízo de confrontação aproximativa.

V - Segundo a orientação firmada pela Corte Especial do STJ, "o dissídio jurisprudencial requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos. A comprovação da divergência jurisprudencial, por outro lado, se faz por intermédio da juntada de cópia integral dos arestos apontados como paradigma ou pela citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que os mesmos se achem publicados, cabendo esclarecer que, dentre os repositórios autorizados e credenciados por esta Corte para a caracterização do dissídio, não se encontra, por certo, o Diário de Justiça" (STJ, AgRg nos EREsp 511.372/MG, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, CORTE ESPECIAL, DJe de 20/10/2008). Nesse sentido também: AgInt nos EREsp 1305856/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 19/02/2019; AgInt nos EREsp 1416320/SE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 27/02/2019)

VI - Ademais, é possível afirmar a existência de um mero intento de irresignação por parte do recorrente, dissociado do fundamento de tratamento jurisdicional dissonante. Hipótese essa que igualmente impede o conhecimento dos embargos de divergência, a fim de obstar, em última análise, sua conversão em sucedâneo recursal ordinário de reapreciação de questão de fundo, portanto, desvinculada de específica situação de divergência.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt nos EREsp 1500624/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/03/2019, DJe 01/04/2019)

Seguindo a mesma linha de entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ACÓRDÃO DE MÉRITO CONFRONTADO COM ACÓRDÃO QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO, EMBORA TENHA APRECIADO A CONTROVÉRSIA. ADMISSÃO POSSÍVEL (ART. 1.043, III, DO CPC/2015).

1. O acórdão embargado foi publicado na vigência do CPC/2015, razão pela qual incide o disposto no Enunciado Administrativo n. 3, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Estabelece o art. 1.043, III, do CPC/2015 que é embargável o acórdão de órgão fracionário que "em recurso extraordinário ou em

recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia".

3. No caso concreto, embora o aresto paradigma tenha aplicado o óbice da Súmula 7/STJ, também analisou a questão controversa, razão pela qual são admissíveis os embargos de divergência.

4. Agravo interno provido para admitir os embargos de divergência. (AgInt nos EREsp 1564706/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 10/04/2019)

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ARESTO EMBARGADO. MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL NÃO APRECIADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

DISSENSO CIRCUNSCRITO À APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO.

INADMISSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Conforme a Súmula n.º 315/STJ: "Não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial".

2. Outrossim, o art. 1.043 do Código de Processo Civil afirma que somente é embargável o acórdão de órgão fracionário que, "em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito".

3. Ademais, a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que não são cabíveis embargos de divergência quando o dissenso se restringe à aplicação de regra técnica de conhecimento do recurso.

4. Obiter dictum, destaque-se que, nos moldes da Súmula nº 420/STJ, é "incabível, em embargos de divergência, discutir o valor de indenização por danos morais".

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EAREsp 1244154/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 19/02/2019, REPDJe 26/02/2019, DJe 25/02/2019)

O recurso manejado pelo requerente, portanto, não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Ante o exposto, não conheço da presente insurgência e o faço com fulcro no art. 34, inciso XVIII, alínea a, do RISTJ.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

